


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0015656-94.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **Daniele Ferreira Furlan**
 Requerido: **Porto Seguro Cia de Seguros Gerais**

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

DANIELE FERREIRA FURLAN, já qualificado, moveu a presente ação de cobrança contra PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, também qualificada, alegando tenha sido vítima de acidente de trânsito ocorrido em 09 de janeiro de 2013 e do qual restaram-lhe lesões permanentes, com invalidez para o trabalho, tendo recebido administrativamente o valor de R\$ 2.531,25, porém pretende a condenação da ré ao pagamento da indenização do seguro DPVAT no valor equivalente a R\$ 13.500,00.

A ré contestou o pedido sustentando ilegitimidade passiva, pois que o polo passivo deveria ser ocupado pela *Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A*, apontando ainda carência de interesse processual do autor na medida em que não há prova de requerimento administrativo devidamente instruído para recebimento da indenização, apontando ainda a falta de laudo do IML; no mérito apontou que houve a realização de laudo em sede administrativa, como o devido pagamento e quitação dada pela autora, contestando ainda que a invalidez do autor seja permanente, de modo a concluir pela improcedência da ação e, alternativamente, pela aplicação da tabela SUSEP para fixação do valor da indenização, dada a impossibilidade de vinculação ao salário mínimo, com juros de mora contados da citação e correção monetária do ajuizamento da ação.

O feito foi instruído com prova pericial médica, sobre a qual manifestaram-se as partes, reiterando suas postulações.

É o relatório.

DECIDO.

Como já citado ao sanear o processo, não é caso de ilegitimidade passiva: *“inadmissível a pretensão de inclusão no pólo passivo da ação de cobrança da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT”* (cf. Ap.nº 990092573098 - 32ª Câmara de Direito Privado TJSP - 12/11/2009¹), já que *“em caso de acidente, o beneficiário pode reclamar a indenização na seguradora de sua preferência”*².

Também não falta documento essencial à propositura da ação: *“Acidente de veículo. Seguro Obrigatório. Ação de cobrança. Invalidez total e permanente. 1. O laudo do Instituto Médico Legal é documento dispensável quando o conjunto probatório dos autos é*

¹ www.esaj.tjsp.jus.br

² JTACSP - Volume 147 - Página 129.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

suficiente para convencer a completa incapacidade da vítima. Preliminar rejeitada” (cf. Ap. 9177086-24.2008.8.26.0000 - 25ª Câmara de Direito Privado TJSP - 13/06/2012 ³).

Quanto ao pagamento administrativo, cumpre destacar que “*existência de quitação dada pelo autor que não o impede de pleitear alguma verba que não tenha integrado o “quantum” recebido*” (cf. Ap. n. 680.591-2 – 2ª Câmara Especial de Julho de 1996 “B” do 1º TACSP ⁴).

Entretanto, o laudo pericial médico apurou que “*o periciando não apresenta sequelas morfo-funcionais do acidente sofrido em 09.01.2013 que se enquadre em situações previstas na tabela DPVAT.*” (fls. 116).

Ou seja, a autora está apta para o trabalho.

Sob o aspecto jurídico, temos que a pretensão do autor nesta ação refere-se à indenização DPVAT, que segundo previsto no art. 3º *caput*, da Lei nº 6.194/74, deve ter por fundamento os eventos *morte, invalidez permanente ou despesas médicas e suplementares*.

Assim, ante a ausência de invalidez, incabível a pretensão de pagamento do seguro DPVAT, que é devido nos casos de invalidez permanente, total ou parcial.

A autora sucumbe e deve arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução desta sucumbência enquanto perdurarem as condições que motivaram o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a presente ação, e CONDENO a autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução desta sucumbência enquanto perdurarem as condições que motivaram o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita.

Transitada em julgado a presente, arquivem-se.

P. R. I.

São Carlos, 20 de abril de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

³ www.esaj.tjsp.jus.br

⁴ JTACSP - Volume 161 - Página 212.